

PROPOSTA APRESENTADA AO IV ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES BRASILEIROS DE LITERATURA PORTUGUESA

JOEL PONTES

**(Professor do Instituto de Letras da Universidade
Federal de Pernambuco)**

Prezados Colegas,

Venho lhes propor uma tomada de posição de ordem cultural, que nos interessa como professores e membros da humanidade que fala a língua portuguesa. Devo salientar, de logo, o perigo de alguma distorção no entendimento da proposta e solicitar ajuda para que não sofra dúvida minha total desaprovação a qualquer sentido neo-imperialista que se pretenda encontrar nas palavras que seguem, ditadas por uma profunda simpatia aos países de África recém-libertos do domínio político português.

CONSIDERANDA

Chegou a hora de uma revisão fundamental naquilo que foi chamado Comunidade Luso-Brasileira e não passou de uma série de acordos apenas preliminares em relação ao muito que se pretendia promover. Se a anunciada visita do Primeiro-Ministro de Portugal em Dezembro, ao Brasil, visa a insistir no assunto, o caso é para se reparar no esvaziamento ocorrido após a descolonização, pois a Comunidade anteriormente imaginada incluía territórios e populações hoje independentes. Do ponto de vista diplomático, acredito que seja cedo para sabermos se interessa aos novos Governos unirem-se outra vez ao colonizador (embora em plano de igualdade) e mesmo ao Brasil, cujo regime político não lhes é simpático. Apesar das dificuldades, porém, o ideal comunitário não deve ser abandonado por mais atrevida que a tese possa parecer. Creio até que, se o Brasil não fizer um sério esforço para reativá-lo,

seu sonho de se afirmar como potência realmente influente no mundo ficará postergado por muitos anos.

É claro que aqui expresso um ponto de vista não oficial (mas pode vir a ser) de brasileiro interessado no destino da nossa cultura no qual vejo, do nosso ângulo, vantagens que seriam comuns aos membros da Comunidade. Não tratarei, exceto por alto, em problemas econômicos ou militares sem que isto signifique desprezo. Apenas entendo que se for mantida a noção de origens e destinos semelhantes que aproximam hoje povos de três continentes e em breve quatro, quando chegar a hora da autodeterminação de Timor, constituiremos outras tantas frentes a defender um estilo de vida que prezamos em seus valores fundamentais como: um cristianismo tolerante, ideais democráticos e de justiça social, desenvolvimento pacífico, ausência de conflitos raciais e tribais, valores lingüísticos e artísticos unitivos.

O que, logo de início, não pode continuar é a denominação da Comunidade, que terá que ser Luso-Afro-Brasileira se os novos países concordarem em ser representados globalmente pelo adjetivo que lhes refere o Continente onde estão. Ou talvez se arranje mais uma sigla. O que não se pode é subestimar a força de pundonores nacionalistas nesta hora que África atravessa e, em África, muito especialmente, os países desmembrados de Portugal.

Chame-se, porém, como quiserem, importante é que o velho plano seja atualizado e vigore em benefício do mundo de língua portuguesa. Nisto — a língua — temos um forte vínculo, talvez o mais convincente por ser o instrumento da comunicação, isto é, aquele que proporciona entendimento direto, sem a desconfiança que o falar estrangeiro sempre determina, especialmente quando, no diálogo, a parte nativa sente-se mais fraca, necessitada e suspeitosa de que esteja sendo ludibriada. A língua será um especial apoio nos casos que impliquem a relação técnico-povo, como em setores médico, pedagógico, de assistência e previdência social, de engenharia e tantos outros.

Mas, além da língua, o Brasil tem um passado comum com Portugal e novas nações africanas, no qual há que salientar a presença do sangue negro na etnia brasileira. Isto quer dizer que tudo quanto se criou neste país teve a participação de africanos e europeus (e outras, evidentemente) como a salientar nosso destino de traço de união entre culturas diversas. Não é menos importante o fato de termos sido colônia um dia. E de termos saído dessa condição política com a ajuda, nem sempre desinteressada, de outros países, e saído cheios de problemas que estamos procurando sobrepujar com grandes sacrifícios aos quais as nações de igual formação podem se poupar. Não vai aqui qualquer insinuação de angelismo brasileiro, mas a simples constatação de que não temos no mundo de hoje papel semelhante ao da capitalista Inglaterra em 1822.

Isto nos leva a pensar no traumatismo natural da descolonização como se processou na África, através de lutas contra o colonizador e também entre facções internas, apoiadas às claras pela União Soviética, Estados Unidos,

China e depois Cuba. Antes que esses países se fizessem presentes houve momentos em que o Brasil podia ter manifestado propósitos de intermediação.

No entanto, nossa diplomacia nunca soube contrariar o dr. Oliveira Salazar e, cultuando a idéia da Comunidade, deixava se embalar ao ritmo de discursos mais ou menos vazios, ou abstinha-se de votar na ONU, perdendo pontos junto nos africanos, desejosos de atitudes francas, que outros países souberam tomar no momento oportuno. Ficamos na tergiversação, nem água nem azeite, a ver no que iam dar aquelas confusas situações. E quando o chanceler Mário Gibson Barbosa assumiu o Itamarati e mandou o ministro Italo Zappa sondar os ambientes circunvizinhos a Guiné e Angola já era tarde para garantirmos uma posição de relevo nos acontecimentos.

O que se seguiu desde então foi o natural predomínio dos soviéticos, hoje instalados na base de Barasuto, Moçambique, e em Angola, onde tiveram a habilidade de se fazerem representar pelos cubanos, povo também de negros, de fala parecida, de passado hispânico, de terra que cultivava os mesmos produtos de Angola, de clima igual e costumes assimiláveis. E lá estão os onze mil soldados, do outro lado do mar, em frente ao nosso Estado da Bahia, apontando para cá modernos foguetes soviéticos mas, ao mesmo tempo, trabalhando nos campos, ensinando marxismo ao povo, confraternizando. Em poucas palavras, exercendo uma influência, que deveria ser nossa. Este papel não tinha porque caber a cubanos e coube, e cabe, e está sendo desempenhado, por não termos agido a tempo com as armas da diplomacia, que outras não podíamos usar sob pena de total desastre.

Em suma, na realidade imediata pouco nos une e muito nos separa dos africanos — o que não significa derrota completa. A Guiné talvez esteja mais acessível a um entendimento elevado, por não haver radicalizado tanto seu processo de independência em lutas internas. Moçambique seria sensível a tomadas brasileiras de posições mais enérgicas na questão racial com África do Sul e Rodésia, mas quem está à frente do assunto é Kissinger... e o Brasil sempre a assuntar. Os cubanos se instalam em Angola e quem protesta contra essa presença é Kissinger, se bem que o respeito a um estado de coisas consentido pelo Governo angolano não autorize sequer a consideração ao protesto. De qualquer modo, outros Governos demonstram preocupar-se com o futuro de Angola enquanto, mais uma vez nos abtemos de participar dos seus problemas.

Vai nos escapando mais uma vez a oportunidade de estreitar relações com o mundo que Portugal criou e perdeu, ou está perdendo, no sentido mais profundo de cultura ameaçada. Cabe-nos, a Portugal e Brasil, oferecer aos africanos um clima de confiança, dar-lhes garantias de que a reaproximação não implica em neocolonialismo nem risco de desvio ideológico. Sigam suas soluções políticas como nos próprios, cabeças da cultura comum, o fazemos, dentro de relações respeitadas e sem quaisquer interferências mútuas. Isto não separaria os membros da Comunidade se interesses estranhos não

interferissem. O caso é que interferem e se instalaram bem profundamente.

Em especial preocupam-nos os onze mil cubanos onde, desde muito tempo, devíamos ter instalado outros tantos professores, médicos, agentes, enfim, do desenvolvimento pacífico e da aproximação entre povos que não podem se ignorar.

Em vista de tudo isto e da responsabilidade que nos cabe como professores de literatura portuguesa — mais do que isso, porque na grande maioria das Universidades Brasileiras nada é ensinado sobre Cultura Portuguesa e nós tentamos suprir a lacuna — e não só como professores mas também membros conscientes de uma cultura polinacional, da qual somos hoje a parte mais capaz de evitar um completo fracionamento, apresento a seguinte

PROPOSTA

que todos os países outrora colonizados pelos portugueses, independentes à altura em que se realizar o V Encontro Nacional de Professores Brasileiros de Literatura Portuguesa, sejam convidados a enviar observadores, com o mesmo direito de voz que tem cabido aos observadores indicados ou enviados por Portugal nos Encontros passados e neste;

que seja dado conhecimento do inteiro teor da **consideranda** e da proposta aqui contidas aos Ministérios da Educação das Repúblicas de Portugal, Guiné, Angola e Moçambique.

Curitiba, outubro de 1976.

Joel Pontes, Universidade Federal de Pernambuco, Recife —
Brasil.

(Aprovado por unanimidade com aplausos).